



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 11º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **dez dias de dezembro de dois mil e oito.** Após ser realizada contagem nominal dos
3 conselheiros, verificou-se a presença dos seguintes **Conselheiros Titulares: I. Usuários; I.1.**
4 **Movimentos Sociais:** Sr. Ercindo Mariano Junior; Sr. João Xavier; **I.2. Movimento Popular de**
5 **Saúde:** Francisco das Chagas V. Ferreira; Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de**
6 **Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta - Centros de Referências; Sr. José Mendes Juvenal - Distrito
7 Norte; Sra. Maria Helena Nogueira - Distrito Leste; **I.4. Movimento Sindical:** Sr. Jardison Tadeu
8 Cohen Paranatinga; Sr. José Paulo Porsani; **II. Trabalhadores de Saúde; II.1. Trabalhadores**
9 **dos Serviços de Saúde Municipais; a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da Silva; Sr. João das
10 Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloisa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Pronto-Atendimentos**
11 **e/ou Pronto-Socorros:** Sr. Antonio Facin; Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e**
12 **Associações de Classe:** Sr. Julio César dos Santos; Sr. Wander de Oliveira Villalba; **II.3.**
13 **Trabalhadores das Entidades de Prestadores de Serviço de Saúde Privados:** Sr. José Augusto
14 de Souza; **II.4. Trabalhadores Estaduais na Saúde:** Sra. Sebastiana Maria de Souza; **III.**
15 **Gestores/Prestadores; III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília Brandt
16 Piovesan; Sr. Pedro Humberto S. Scavariello; Sr. Rober Tufi Hetm - Hospital Municipal Dr.
17 Mario Gatti; **III.2. Departamento Regional da Secretaria de Estado da Saúde:** Sra. Nadja Maria
18 Moscoso Abdalla; **III.3. Prestadores de Serviço da Saúde, Hospitalares ou não, conveniados**
19 **ao SUS:** Sr. Simão Raskin; **III.4. Prestadores de Serviço em Co-Gestão:** Sr. André Luiz Castilho
20 de Fonseca e dos seguintes **Conselheiros Suplentes: I. Usuários; I.1. Movimentos Sociais:** Sra.
21 Maria de Fatima S. da Silva; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Isabel Pereira de Oliveira;
22 Sr. Edmilson Jacinto Marques; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Francisca M. Bezerra
23 Lourenço; **I.4. Movimento Sindical:** Sra. Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores de Saúde;**
24 **II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais; a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde Lúcio
25 Vitorino; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Hildebrando de Barros Ribeiro; **III.**
26 **Gestores/Prestadores; III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Pedro Humberto Scavariello;
27 Sra. Silvia Ap. Maria Lutaif Dolci Carmona; **III.4. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa
28 **III.6. Prestadores de Serviço em Co-Gestão:** Sra. Eduardo Gaiger Keunecke. **Faltaram** os
29 seguintes Conselheiros: Sra. Cleusa Aparecida da Silva; Sr. Paulo Alberto; Sra. Denise Mateus;
30 Sr. Carlos R. de Oliveira; Sra. Ivone Crescêncio da S.M.; Sra. Maria José M. da Costa; Sr. Paulo R.
31 da Costa; Sra. Emanoele Lopes Garrido; Sr. Rivail Teodoro Alves; Sr. Sidney Mendes da Silva; Sr.
32 Waldney José Biz ; Sr. André Rodrigues Ribeiro; Sr. Jairson Valério dos Anjos; Sr. Nilson
33 Rodrigues de Oliveira; Sr. Waldomiro Aprile Junior; Sra. Soeli Alves Monteiro Gava; Sra.
34 Antonia Bersi; Sra. Doraci Bonardo de O. Rossi; Sr. Henri Maeda; Sra. Márcia Ap. Villela Bizarro;
35 Sra. Teresita del Niño J. de da N.Q.; Sra. Katia Maria Fonseca D. Pinto; Sra. Maria Eloíza
36 Salvador; Sr. Adilson Momete; Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita; Sra. Jenice Lílian Pizão;
37 Sr. Raimundo Nonato Souza; Sra. Maria Tereza Cristina T.L.M.; Sr. Mauro Antonio Pires D. da
38 S.; Sra. Silvana Gurgueira Piassa; Sra. Salete Aparecida Alves; Sra. Neuza Aparecida Cardoso
39 Carvalho; Sra. Rozeli Ribeiro; Sra. Maria Izabel Nascimento Marques; Sra. Lucia Maria Bragazza;
40 Sra. Maria Cristina Bahia Wuthe; Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; Sr. José Francisco Kerr
41 Saraiva; Sr. Fábio Luiz Alves; Sra. Luciane Aparecida Alves da Cunha; Sr. Oswaldo da Rocha
42 Grassiotto; Sra. Geowanna Ap. Higino Silva Saraiva Sr. Edison Martins da Silveira; Sr. Renato
43 Bento Maudonnet; Sra. Marlene Rizzioli de Lima; Sr. Luiz Carlos Zeferino; Sr. Joaquim Simões
44 Neto. **Justificaram** os seguintes Conselheiros: Sra. Maria Gonzalez Alvarez e a Sra. Érica da
45 Silva Vitorino. O Sr. Ercindo Mariano Junior, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, deu
46 início a esta reunião extraordinária realizando a composição da mesa com os seguintes
47 conselheiros: O Sr. Ercindo Mariano Júnior como Presidente do Conselho, Sr. João Xavier
48 representando os usuários, Dr. Pedro Humberto S. Scavariello, representando os gestores e o
49 Sr. José Augusto de Souza representando os trabalhadores. O Sr Júnior desculpou-se pelo
50 atraso por encontrar-se em agenda externa. Informou que por problemas técnicos a reunião



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 11º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



51 não seria gravada e solicitou ajuda para a elaboração da ata aos conselheiros da mesa ou da
52 executiva. Informou também a pauta da reunião extraordinária: **I. Apresentação, discussão e**
53 **votação dos Convênios “Real Sociedade Portuguesa de Beneficência”, “Irmandade de**
54 **Misericórdia de Campinas” e “Instituto Penido Burnier”;** **II. Informes.** Sr. Cláudio Trombete
55 solicitou questão de ordem para inclusão na pauta do “Ad Referendum” dado na reunião do
56 dia 19 de novembro de 2008 ao PAM 2009 da Aids e exclusão da pauta dos convênios que
57 seriam apresentados por falta de documentação pertinente a apreciação do Conselho Fiscal
58 tais como: certidão negativa do FGTS, INSS, CNAS, ISSQN e minuta do contrato do Convênio. O
59 Sr. Pedro Humberto esclareceu que como o “Ad Referendum” é prerrogativa do Presidente, o
60 que é necessário é a apresentação aos conselheiros do PAM 2009 do Centro de Referência de
61 DST/Aids. Drª. Cecília esclareceu que em relação aos convênios o que tem que ser colocado em
62 votação é o Plano Operativo e não a Minuta do convênio, e que todos os convênios terão que
63 possuir cadastro no SCNES, solicitando assim a não inversão de pauta, justificando que todos
64 eles vencem em dezembro de 2009. O Sr. Cláudio Trombete ressaltou o descredenciamento do
65 Convênio de Urgência Oftalmológica pela conveniada Clínica Raskin, relatando que o novo
66 convênio não comporta as urgências e emergências, sendo estas agora referenciadas pela rede
67 básica de saúde. Sra. Cristina Ilário solicitou também a não inversão de pauta esclarecendo
68 que o PAM da Aids não estava na pauta. O Sr. Facin reforçou que como o “Ad Referendum”
69 não constava na convocatória, haveria descumprimento do regimento interno do Conselho. O
70 Sr. Júlio César fez menção ao regimento, não lembrando em qual artigo, onde consta que o
71 pleno é soberano e devido à relevância do PAM do DST/Aids não haveria necessidade de
72 constar na convocatória. Sr. André esclareceu que deveriam ser duas votações: 1º Se seriam ou
73 não apreciados os convênios e 2º Em não sendo apreciados os convênios o pleno decidiria
74 sobre a inclusão ou não do PAM do DST/Aids. O Sr. Júnior submeteu à apreciação e votação do
75 pleno, sendo rejeitado pelo mesmo. Houve questionamento da Srª. Wilma que solicitou nova
76 votação, por suspeitar de votação por participantes não conselheiros, e que a mesma fosse
77 nominal. A mesa diretora procedeu à contagem nominal com 19 votos SIM, 04 votos NÃO e 03
78 ABSTENÇÕES, com aprovação da manutenção da pauta. O Dr. Marcos Passos realiza a
79 apresentação da proposta de renovação do Convênio da Irmandade de Misericórdia de
80 Campinas e Secretaria Municipal de Saúde. O Plano de Trabalho consta de 41 leitos clínicos, 02
81 leitos semi-intensivos, 14 leitos cirúrgicos, 01 leito de UTI adulto, 01 leito de lodo terapia e 12
82 leitos para cirurgias eletivas. Adendos: fornecer hemoderivados; fraldas para pacientes;
83 providenciar poltronas para os acompanhantes para todos os leitos; definir número máximo
84 de leitos por quarto, visitas abertas no período das 11 às 20 horas. Apresentada tabela com a
85 procedência de encaminhamentos em 2008, destacando-se que o Pronto Socorro do Centro é
86 o principal encaminhador com 37%, seguido do Hospital Dr. Mário Gatti com 15%. Seguiu-se
87 explanação sobre a tabela com vários itens: média de pacientes-dia; taxa de ocupação
88 hospitalar, média de permanência; giro; índice de substituição; taxa de mortalidade-hospitalar
89 inferior à 48hs; taxa de mortalidade-hospitalar superior à 48hs e o número de altas por mês. O
90 contrato de metas será fiscalizado pela comissão gestora e para fins de pontuação serão
91 necessários vários itens como, por exemplo, adequação na enfermaria e no ambulatório, leitos
92 semi-intensivos disponibilizados com toda estrutura necessária em 100% dos dias do mês
93 obedecendo às normas da vigilância sanitária e da RDC 50. O valor do convênio passará de R\$
94 429.361,97 para R\$ 568.467,69. O Sr. Júnior abriu as inscrições para o pleno limitadas a 05
95 (cinco) inscritos. O Sr. Facin questionou: o porquê da manutenção da pontuação da taxa de
96 permanência se a mesma está em declínio, sobre a queda do investimento em UTI se o
97 município tem carência de vagas, pediu a especificação do aumento de investimento no apoio
98 gerencial, e o porquê da baixa de 60 para 51 do SAID pela importância da resolutividade e
99 baixo custo do programa na cidade. O Sr. Cláudio Trombete perguntou sobre o custo das
100 cirurgias gerais, tipos de anestésias e como é realizada a avaliação? E relatou que em visita



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 11º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



101 pode comprovar a falta de cobertores e de recursos humanos. A Sr^a. Ivonilde falou sobre a
102 importância de fazer parte da comissão gestora do convênio da Irmandade, solicitando que os
103 conselheiros se engajem nessas comissões para desenvolvimento do papel dos conselheiros. O
104 Sr. José Augusto questionou o funcionamento da lodo terapia e a falta de vagas na UTI e como
105 será criado o serviço do Semi-intensivo e relatou a falta de recursos humanos e treinamento
106 dos trabalhadores, acrescentando que a relação paciente trabalhadores não condiz com o
107 preconizado em lei. O Sr. Porsani pediu que as apresentações dos convênios fossem mais bem
108 detalhadas, solicitando informações relativas ao projeto do índice de satisfação dos usuários e
109 respectiva apresentação ao Conselho. O pleno foi novamente consultado e aprovou nova
110 rodada de inscrições. O Sr. Mendes apontou que a planilha apresentada estava mal montada,
111 faltando os quantitativos dos serviços prestados, os slides com o fundo ilegível e com cores de
112 difícil leitura. A Sr^a. Yara relatou sua experiência de oito anos à frente da comissão gestora da
113 Irmandade, participação esta, referendada pelo conselho por falta de disponibilidade dos
114 conselheiros. Agradeceu a confiança, e principalmente ao Dr. Marcos relatando que tiveram
115 grandes trovoadas e avanços. “Brigamos muito e foi árdua a luta, pois o referido convênio já
116 foi à menina dos olhos da Secretaria”. Concluiu dizendo que “precisamos defender o SUS e
117 devemos melhorar a apresentação”. A Sr^a. Maria Helena declarou que faz parte da comissão
118 gestora do convênio e que já se dispõe de instrumento (questionário) de avaliação do índice
119 de satisfação dos usuários e que já vem sendo utilizado pela comissão. Perguntou sobre os 08
120 leitos desativados, sobre a semi-intensiva, sobre o transporte para retorno dos pacientes e
121 sobre a realização do serviço de lavanderia. O Sr. Júlio César questionou a ausência dos
122 gestores da Irmandade e se os mesmos foram convidados para a reunião. Em seguida foi
123 passada a palavra ao Dr. Altair a fim de responder os questionamentos. Reforçou o significado
124 e a importância do convênio para a Secretaria, a relação com o Pronto Socorro Centro servindo
125 de retaguarda para urgências e emergências com os seus 51 leitos disponíveis, o grande
126 número de atendimentos em nível ambulatorial e a mudança da Provedoria no curso do
127 convênio. Relataram os números significativos de atendimentos e que o convênio não fica
128 devendo a nenhum convênio existente, tipo PUCC etc. Reiterou que a participação da
129 comissão gestora é fundamental. Esclareceu que os leitos de UTI não estão abertos para a
130 regulação e sim para os pacientes internados no convênio, e que as semi-intensivas suprirão a
131 falta com a redução da UTI e que os trabalhadores serão capacitados. Em relação ao apoio
132 gerencial, o aumento se deu através da contratação de 01 co-gerente Enfermeiro e de outros
133 profissionais administrativos. O Sr. Marcos complementou dizendo que os pagamentos das
134 cirurgias são efetuados por produção com auditoria prévia; e informou também que o SAID
135 não vai alterar a assistência, apenas está ocorrendo alocação de recursos em outras áreas; que
136 a lodo terapia funciona no quarto 37; que a avaliação é preenchida por todos os usuários
137 internados; e que os recursos de transporte são suficientes e que a lavanderia é a mesma que
138 atende ao hospital. Acrescentou ainda que a medição dos leitos encontra-se de acordo com a
139 norma vigente e face ao descumprimento os leitos não serão utilizados e que a relação leitos
140 trabalhadores também está sendo cumprida. Submetida à votação nominal, por 19 votos SIM,
141 02 NÃO e 06 ABSTENÇÕES fica aprovado o Convênio da Irmandade de Misericórdia de
142 Campinas. Surgiu impasse quanto à apresentação do Convênio da Real Sociedade Portuguesa
143 de Beneficência e a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. O Sr. Porsani relatou que a
144 secretaria executiva recebeu várias informações relativas à quarterização em relação à
145 contratação dos médicos, para instalação do atendimento oftalmológico. Em consequência
146 declarou voto contrário, justificando que o convênio não está transparente e que não houve
147 negociações em amplitude com outros parceiros para aquisição do serviço, apenas com a
148 Beneficência Portuguesa. Referiu ainda tratar-se mais do que uma simples renovação e sim
149 compra de serviço. A Sr^a. Francisca declarou que a fila é de mais de 01 ano de espera por
150 consulta oftalmológica, que os idosos estão sem acesso à cirurgia de catarata, que a UNICAMP

151 se recusa a atendê-los, e que há falta de acesso na PUCC para consultas de tratamento de
152 glaucoma. Apontou que os oftalmologistas não se interessam pelo serviço público, que as
153 crianças não são priorizadas e acabam tendo baixo rendimento escolar e transtornos mentais.
154 Concluiu pela falta de clareza em relação ao convênio. O Sr. Xavier relatou sua visita a Benê,
155 afirmando que ainda faltam 120 dias para implementação do serviço e questionou como se
156 processará o atendimento de urgência no município. O Sr. Jair, diretor técnico da Benê referiu
157 que a mesma tem prestado serviço há 135 anos desde sua fundação atendendo ao SUS.
158 Garantiu o cumprimento do contrato, afirmou que não há quarterização e que os médicos
159 serão contratados via empresas, e que será realizada a compra de materiais e equipamentos
160 inclusive a aquisição de um imóvel. A Srª. Wilma questionou a compra de equipamento
161 realizada pelo Hospital Ouro Verde que será enviado para a Policlínica II e não para o Hospital
162 Dr. Mário Gatti. O Dr. Altair respondeu que o convênio é com a Benê e não com terceirizados e
163 que necessita de tempo para adequação do convênio. A Srª Valéria Vendramini enfatizou que
164 hoje todas as instituições têm que ter o SCNES e o laudo da Vigilância e que o pagamento é
165 através de produção. Acrescentou que foram realizadas conversas com outros parceiros
166 anteriormente (PUC, Penido Burnier, etc.) sem qualquer avanço; que sobram recursos para
167 atendimento de catarata e que o equipamento comprado pelo Hospital Ouro Verde via SPDM
168 visa ampliar o atendimento ambulatorial. Ressaltou que o Hospital Dr. Mário Gatti não possui
169 retaguarda para a linha de cuidado. Apontou que por várias vezes foram dados informes ao
170 conselho sobre o Pronto Socorro da Clínica Raskin, e que os casos de emergência terão
171 retaguarda da UNICAMP e da PUCC e as urgências serão atendidas na rede básica nos casos de
172 menor complexidade. Drª. Cecília justificou que como o serviço da Oftalmo ainda será
173 montado, solicitou a retirada do mesmo, sugerindo reavaliação a posteriori. O Sr. Júlio César
174 apontou a discordância das falas quanto à contratação dos médicos. O Dr. Altair respondeu
175 que a forma de contratação cabe ao contratado, e que a oftalmo não substituirá nenhum
176 serviço existente e que o aumento da tabela será sempre baseado no repasse do Ministério da
177 Saúde de acordo com a tabela de procedimentos do SUS. Será também incluída no convênio, a
178 compra dos seguintes serviços: 490 consultas de Cardiologia, 600 consultas de Endoscopia e
179 Colonoscopia e 600 exames de Anatomo-patologia, com prazo imediato para início. Afirmou
180 que o serviço de Oftalmologia necessita de estrutura física e equipamentos, sendo necessário
181 o prazo de 120 dias para início e que o pagamento dar-se-á por produção. O Sr. Júnior devido
182 ao adiantado da hora consulta o pleno para prorrogação do tempo de exposição sendo
183 concedido mais 30 minutos de tolerância, com 03 votos desfavoráveis e 01 abstenção. O
184 convênio do ambulatório de Média e Alta complexidade passa de R\$ 442.909,43 para R\$
185 642.419,77. Abertas as inscrições pela mesa diretora, fazendo uso da palavra, o Sr. Cláudio
186 Trombeta referiu-se ao artigo 2º inciso VI da lei 13.230 do CMS que deve ser cumprida pelo
187 Conselho (Ao CMS, compete: “apreciar e deliberar sobre a inclusão ou exclusão de serviços ao
188 Sistema Municipal de Saúde, de acordo com as necessidades assistenciais da população,
189 disponibilidade orçamentária e financeira, a partir de parecer elaborado pela Secretaria
190 Executiva do Conselho Municipal de Saúde e pelo Conselho Fiscal do Fundo Municipal de
191 Saúde”). Considerou que a fila para Oftalmo está muito grande e que a VISA não exarou
192 parecer para contratação do serviço da Oftalmo, procedimento previamente cobrado por esse
193 Conselho, acrescentando que todo convênio viria para apreciação mediante parecer da VISA.
194 Assim sendo, declarou voto em contrário ao convênio. O Sr. Francisco das Chagas referiu-se à
195 fila parada e que o prazo proposto irá sobrecarregar ainda mais a demanda. A Srª. Maria
196 Helena referiu que o ambulatório não atende ao Distrito Norte e que a demanda de oftalmo
197 apresenta demora de 05 meses com uma lista de espera de 12.500 consultas, ressaltando a
198 necessidade de revisão da situação da urgência e emergência oftalmológica. A Drª. Valéria
199 prestou esclarecimentos sobre o atendimento ambulatorial de Oftalmo, com a realização de
200 3.000 consultas agendadas em 1ª consulta e que os exames para retaguarda são agendados via



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 11º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184 / Fax: (19) 2116.0175

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 SOL. Informou também que foram abertos vários convites para exames de retinografia
202 fluorescente, sendo que não há nenhum serviço interessado há mais de 01 ano e meio.
203 Informou sobre a compra de equipamentos e sobre vários projetos enviados ao Ministério da
204 Saúde. Ressaltou que a Colonoscopia está com mais de 01 ano de espera, assim como a
205 compra de exames de Testes Ergométricos para a Cardiologia está entre 07 a 08 meses, e que
206 apesar de licitação, há falta de interesse no serviço. Quanto ao referenciamento para o Distrito
207 Norte, só não ocorre para o serviço de radiologia e que o restante é para a cidade toda. O Sr.
208 Júnior declarou não ser contrário ao aumento da oferta para os usuários mais quer que seja
209 dada garantia de atendimento da urgência oftalmológica e que o pleno tem que ter
210 tranquilidade para votar. Questionou o porquê do não investimento do recurso nas
211 Policlínicas, com a contratação de recursos humanos, reforçando a existência de conflito de
212 informações, gerando uma dicotomia quanto à contratação de RH, pois caracteriza
213 quarterização ao invés de trabalhadores concursados. A mesa encaminhou a votação nominal,
214 sendo 20 votos favoráveis e 03 contrários, portanto com a aprovação do convênio da Real
215 Sociedade Beneficência Portuguesa e a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. II
216 **Informes:** O Dr. Pedro Humberto convidou os conselheiros e demais presentes para o debate
217 dos 20 Anos do SUS, que realizar-se-á no dia 17 de dezembro de 2008 às 20 horas no Hotel
218 Monreale. O Sr. Júnior convidou para a reunião extraordinária no dia 19 de Dezembro de 2008
219 às 18h30min no Salão Vermelho, com a seguinte pauta: PAM 2009 da Aids e Termos Aditivos
220 do Programa Dose Certa e Termos Aditivos Glicemia. O Sr. Lino, Representante Estadual da
221 RNP+ Núcleo Campinas, em nome das PVHA (Pessoas Vivendo com HIV e AIDS) solicitou a
222 publicização da ata da reunião do conselho do dia 19 de novembro de 2008 e informou que foi
223 encaminhada ação ao Ministério Público pedindo a destituição do Presidente e da
224 Coordenadora da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, por
225 discriminação e desrespeito aos usuários do SUS. O Sr. Júnior encerrou a presente reunião.
226 Nada mais a ser tratado, eu, Maria Ivonilde Lúcio Vitorino, Conselheira Representante dos
227 Trabalhadores do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, lavro a presente ATA, assinando-
228 a com os demais conselheiros presentes.